

■ NACIONAL

Madeira estrangeira cresce na Amazônia

Dez empresas foram responsáveis por 40% das exportações da região, mas participação no mercado interno é baixa

Regina Scharf
de São Paulo

Dez madeireiras de capital estrangeiro já respondem por 40% das exportações madeireiras da Amazônia brasileira. Oito delas, localizadas no Pará e no Amazonas, têm áreas florestais equivalentes à superfície da Bélgica. Embora suas produções, somadas, não tenham ultrapassado 3% dos 14,2 milhões de metros cúbicos retirados dos dois estados em 1997, a expectativa é que sua ação cresça devido à desvalorização do real e o esgotamento das florestas do Sudeste Asiático.

Preocupada com a instalação dessas empresas na Amazônia, a organização não-governamental Greenpeace acaba de concluir um dossiê a respeito, baseado na literatura, em pesquisas de campo e entrevistas com executivos de 17 multinacionais madeireiras. O documento "Face a Face com a Destruição", será lançado hoje, no Rio, na presença de Thilo Bode, diretor executivo do Greenpeace Internacional.

O estudo estima que 1.300 madeireiras de médio porte e 1.200 serrarias familiares atuam na região. Até agora elas dominavam o cenário, sem concorrência. Mas tal quadro começa a mudar.

A madeireira Eidai, de origem japonesa, produz em média 70 mil m³ de madeira por ano, segundo a própria empresa — em contraste com a produção típica das madeireiras da região, na faixa dos 5 mil m³. Instalada em Icoaraci (PA) desde 1973, ela foi, até 1991, a única estrangeira dentre as dez maiores madeireiras nacionais. A partir de 1995, chegam ao País a WTK e a Amaplac, seguidas de outros grupos.

"O futuro não será um paraíso, porque a burocracia é grande e o manejo florestal não é rentável", diz Takushi Sato, diretor de Florestas da Eidai. Ele afirma que a empresa teve um prejuízo no ano passado, da ordem de R\$ 2 milhões — valor similar ao investido no plantio e manutenção de florestas. "Só conseguimos aproveitar 5% dos 30 ou 40 m³/ha que extraímos devido às características da madeira com a qual trabalhamos", explica Sato. Para ele, o ideal seria poder utilizar a madeira cortada por pequenos produto-

Madeiras estrangeiras na Amazônia

Empresa	Origem do capital	Exportações* (US\$)
Eidai	Japão	31.683.771
Jaya Tiasa	Malásia	27.022.532
Nordisk	Dinamarca	20.401.105
Eldorado	França	17.495.806
Gethal	Alemanha	14.752.484
Amacol	EUA	12.000.000
Compensa	China	8.005.878
Robco Madeiras	EUA	7.733.753
Amaplac/WTK	Malásia	6.351.950
Janus Brasil	EUA	3.840.000
Total		149.287.269

Fontes: Greenpeace/Secex *1997

res, mas eles "têm dificuldades com tanta papelada".

Além da Eidai, o estudo do Greenpeace detalha as atividades das madeireiras Amacol, Robco, Terra Resources Brazil, Janus e Lawton (todas norte-americanas), Amaplac/WTK e Jaya Tiasa (ambas malaia), Braspor (portuguesa), Cifec e Compensa (ambas chinesas), Eldorado (francesa), Gethal (alemã), Mil Madeireira (suiça) e Nordisk (dinamarquesa).

Sozinha, a Amaplac, do grupo

malaio WTK, pretendia explorar 369 mil m³ anuais — mais da metade da produção do Amazonas em 1997. Entretanto, até agora não obteve permissão do Ibama — a agência ambiental federal — para o início da exploração. Procurada por este jornal, a empresa não pôde ser contatada, pois os telefones que dela constam na lista telefônica de Manaus não conferem.

Para os técnicos do Greenpeace, elas "controlam um volume claramente desproporcional da capacidade

de processamento da região, apesar de representarem menos de 1% do total de empresas ali localizadas". Citam dados da Associação dos Exportadores de Madeira do Pará (Aimex), para comprovar: as dez maiores madeireiras estrangeiras da região foram responsáveis por 40% das exportações de 1997 — um total de US\$ 368,7 milhões.

Para Roberto Kishinami, diretor executivo do Greenpeace no Brasil, "muito em breve elas deverão deslocar as empresas nacionais do mercado interno". Ele raciocina que, com muito capital, elas tornarão a exploração mais profissional, podendo sufocar seus concorrentes, oferecendo preços mais baixos.

O Greenpeace afirma, no estudo, que encontrou indícios que sugerem que "grande parte dessas companhias é culpada por compra de madeira de origem ilegal". Entretanto, prefere não revelar tais detalhes sem uma investigação mais completa.

"Com tantos recursos, as madeireiras multinacionais não precisariam ter um comportamento predatório", diz Kishinami. "Mas o acom-

panhamento de suas atividades nos últimos três anos confirma que eles não usam sua capacidade de preservar o meio ambiente".

Ele afirma que boa parte dessas empresas compra madeira de áreas de assentamento, produzida por desmatamentos e não manejo. Também lembra o histórico de muitas madeireiras asiáticas, que devastaram Papua Nova Guiné, a Guiana, além da Indonésia e da Malásia.

A ONG destaca, porém, a ação da Mil Madeiras, ligada ao grupo suíço Precious Woods. Ela é certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council ou FSC), que atesta que ela maneja suas florestas de modo sustentável.

De posse do estudo, o Greenpeace reivindica o bloqueio de novas concessões de extração de madeira em florestas primárias amazônicas, antes que se tenha um inventário biológico e um plano de conservação para toda a região, com demarcação das áreas a serem usadas. Empresas já em atividade de extração deveriam, segundo a ONG, obter certificação junto ao FSC.

A Amaplac, de origem malaia, pediu licença para explorar 369 mil m³ anuais — mais da metade da produção do Amazonas

Participação da região subiu de 14% para 85%

O esgotamento das florestas do Sudeste Asiático e da África Central transformou a Amazônia na fonte de madeira tropical do futuro. Isso explicaria porque a participação amazônica na produção brasileira de madeira pulou de 14% para 85% nas duas últimas décadas. Em 1997, a região comercializou pelo menos 28 milhões de m³ de produtos madeireiros.

E tal produção tende a aumentar. A Aimex, citada no documento do Greenpeace, estima que o volume exportado crescerá 20% em 1999. Tal tendência não seria comprometida pela diminuição no ritmo da exploração, ocorrida no ano passa-

do e atribuída à crise financeira do sudeste Asiático e à valorização do real. Isso porque a recente desvalorização da moeda brasileira já estaria começando a estimular as exportações nacionais.

Esse crescimento potencial assusta os ambientalistas pelo que pode representar em termos de destruição. Citando dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Greenpeace conclui que a exploração madeireira teve relação direta ou indireta — via abertura de estradas, por exemplo — com o desflorestamento de 1,68 milhão de ha entre agosto de 1997 e agosto de 1998. Relatório recente da Euro-

pean Commission's Joint Research Centre estima que 72% de 36 focos de desmatamento identificados teriam ligação com madeireiras.

Ao impacto ambiental, soma-se a alta taxa de desperdício das serrarias (calculada em dois terços da madeira derrubada) e a evasão de impostos. "De acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), aproximadamente 80% de todas as toras extraídas na Amazônia são ilegais. Na maior parte dos casos, os Planos de Manejo Florestal não são seguidos, mas usados meramente para satisfazer requerimentos legais", prossegue o texto.

Segundo o Greenpeace, a princi-

pal ferramenta de controle do Ibama é a Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF). Entretanto, seu documento garante que "ATPFs fraudulentas são facilmente adquiridas ao custo de aproximadamente US\$ 1 por m³ de madeira a ser transportada".

Para Roberto Kishinami, diretor executivo da ONG, é hora de pensar se é o caso de se investir numa atividade que, com sorte, rende US\$ 75 por hectare/ano. "Temos que encontrar a vocação da região — que não passa, necessariamente, pela exploração madeireira — e agregar valor a seus produtos".

(R.S.)